



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A SOCIO-LEGAL ANALYSIS OF THE INDIGENOUS PEOPLES OF RIO GRANDE DO NORTE IN LIGHT OF THE ENFORCEMENT OF HUMAN RIGHTS AND PUBLIC POLICIES

UN ANÁLISIS SOCIOJURÍDICO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE RÍO GRANDE DEL NORTE A LA LUZ DE LA EFECTIVIDAD DE LOS DERECHOS HUMANOS Y DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Júlio César Pereira Filho¹, Ana Mônica Medeiros Ferreira²

e616091

<https://doi.org/10.47820/recima21.v6i1.6091>

PUBLICADO: 1/2025

RESUMO

O artigo discute a situação de hipervulnerabilidade enfrentada pelos povos indígenas no estado do Rio Grande do Norte (RN) sob a ótica normativa, jurisprudencial e sociológica nos âmbitos nacional e internacional. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando-se o método dedutivo. Este trabalho justifica-se pela necessidade de análise acerca da situação de extrema vulnerabilidade social e jurídica vivenciada pelos povos indígenas do RN, considerando a existência ampla de normas, entendimentos jurídicos e casos práticos tanto em caráter nacional quanto internacional. Com este estudo pretende-se apresentar a necessidade de uma abordagem integrada e comprometida para garantir a efetivação dos direitos dos povos indígenas analisados. Diante disso, concluiu-se que a insegurança jurídica e social desses povos não decorre da inexistência de arcabouço jurídico, mas da morosidade procedimental das instituições e do flagrante descaso institucional para com as pautas indígenas, o que pode ser mitigado por meio da implementação de políticas públicas e de debates acerca da justiça social, reafirmando o compromisso constitucional com a dignidade humana no combate à vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Povos Indígenas. Rio Grande do Norte. Hipervulnerabilidade.

ABSTRACT

The article A socio-legal analysis of the indigenous peoples of Rio Grande do Norte in the light of the realization of human rights and public policies discusses the situation of hypervulnerability faced by the indigenous peoples of the state of Rio Grande do Norte (RN) from a normative, jurisprudential and sociological perspective at national and international level. To this end, a qualitative, exploratory and descriptive approach was adopted, using the deductive method. This work is justified by the need to analyze the situation of extreme social and legal vulnerability experienced by the indigenous peoples of Rio Grande do Norte, considering the wide range of norms, legal concepts and practical cases at national and international level. The aim of this study is to present the need for an integrated and committed approach to guarantee the realization of the rights of the indigenous peoples analyzed. As a result, it was concluded that the legal and social insecurity of these peoples does not stem from the lack of a legal framework, but from the procedural slowness of the institutions and the flagrant institutional neglect of indigenous issues, which can be mitigated through the implementation of public policies and debates on social justice, reaffirming the constitutional commitment to human dignity in the fight against social vulnerability.

KEYWORDS: Human Rights. Indigenous Peoples. Rio Grande do Norte. Hypervulnerability.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. - UFRN, campus Centro de Ensino Superior de Seridó - CERES. Pesquisador atuante nas áreas de Direitos Humanos, Sociologia e Filosofia Geral e Jurídica.

² Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especializada em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera Uniderp e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora nas áreas de conflitos socioambientais, sociologia jurídica e políticas públicas com experiência na área de Direito Público, principalmente nos seguintes temas: direitos fundamentais, direitos humanos, direito ambiental e direito urbanístico.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

RESUMEN

El artículo Un análisis socio-jurídico de los pueblos indígenas de Rio Grande do Norte a la luz de la realización de los derechos humanos y de las políticas públicas discute la situación de hipervulnerabilidad enfrentada por los pueblos indígenas del estado de Rio Grande do Norte (RN) desde una perspectiva normativa, jurisprudencial y sociológica a nivel nacional e internacional. Para ello, se adoptó un abordaje cualitativo, exploratorio y descriptivo, utilizando el método deductivo. Este trabajo se justifica por la necesidad de analizar la situación de extrema vulnerabilidad social y jurídica vivida por los pueblos indígenas de Rio Grande do Norte, considerando la amplia gama de normas, concepciones jurídicas y casos prácticos tanto a nivel nacional como internacional. El objetivo de este estudio es presentar la necesidad de un abordaje integrado y comprometido para garantizar la realización de los derechos de los pueblos indígenas analizados. Como resultado, se concluyó que la inseguridad jurídica y social de estos pueblos no proviene de la falta de un marco legal, sino de la lentitud procesal de las instituciones y de la flagrante desatención institucional a la problemática indígena, que puede ser mitigada a través de la implementación de políticas públicas y debates sobre justicia social, reafirmando el compromiso constitucional con la dignidad humana en la lucha contra la vulnerabilidad social.

PALABRAS CLAVE: *Derechos Humanos. Pueblos Indígenas. Rio Grande do Norte. Hipervulnerabilidad.*

1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas no Brasil ocupam um lugar de extrema relevância na formação sociocultural do país e na preservação dos ecossistemas, mas historicamente enfrentam desafios relacionados à invisibilidade e à violação de seus direitos fundamentais. No estado do Rio Grande do Norte (RN), essa realidade se agrava pela ausência de demarcação de terras indígenas e pela falta de políticas públicas específicas e eficazes, deixando as comunidades em uma situação que pode ser caracterizada como hipervulnerabilidade do ponto de vista social e jurídico. Representando apenas aproximadamente 0,36% da população estadual conforme o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022, os povos indígenas do RN têm suas condições de vida impactadas por uma série de negligências institucionais, o que reforça a necessidade de uma análise crítica, abrangente e comprometida.

Este artigo propõe-se a examinar a realidade sociojurídica dos povos indígenas do RN à luz dos conceitos de direitos humanos e da importância das políticas públicas como ferramentas para reduzir desigualdades históricas construídas ao longo do tempo. A pesquisa fundamenta-se em normativas internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em dispositivos nacionais, incluindo os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, para evidenciar a fragilidade na efetivação desses direitos no âmbito local, bem como em entendimentos judiciais firmados por meio da apreciação de casos práticos.

Ao abordar a relação intrínseca dos povos indígenas com seus territórios e a importância da proteção de ambos, o estudo busca não apenas compreender as lacunas existentes na aplicação das normas, mas também contribuir para o debate sobre soluções que promovam a justiça social e o respeito à diversidade cultural desses povos. Assim, o artigo ressalta a urgência de ações que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

efetivamente garantam a dignidade e os direitos das comunidades indígenas no RN, consolidando os valores democráticos e humanitários que devem nortear o Estado brasileiro.

2. DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO JURÍDICA DE GRUPOS HIPERVULNERÁVEIS: A SITUAÇÃO SÓCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS NO RN

As garantias sociais e a proteção jurídica conferidas por intermédio da efetivação dos direitos humanos são pilares internacionais, com amparo constitucional pátrio, para a construção de sociedades mais justas e equitativas, em especial diante da existência de comunidades em situação de vulnerabilidade sistêmica. Tais grupos, expostos a múltiplas formas de desigualdade social, entre as quais destacam-se a econômica e política, demandam uma atenção sociojurídica cuidadosa e a implementação de políticas públicas específicas que atendam às suas necessidades.

Entre as comunidades anteriormente citadas, encontram-se os povos indígenas, cujas histórias de conflitos e apagamento sociocultural contribuíram para os atuais desafios relacionados à preservação de sua identidade, seu legado cultural e à manutenção de seus territórios. Diante deste cenário, destaca-se a insegurança jurídica vivenciada pelos povos indígenas do Rio Grande do Norte (RN), sendo este o único estado da federação a não possuir nenhuma terra indígena demarcada, além de contar com uma série de conflitos acerca da efetivação dos direitos básicos referentes a esses sujeitos.

No artigo *A Formação Histórica do Rio Grande do Norte: Origens e Formatações*, do pesquisador Francisco Wellington Duarte, é possível entender os processos históricos, sociais e econômicos que moldaram o estado do Rio Grande do Norte desde os seus primórdios. O autor mergulha nas raízes históricas da região, enfatizando a participação essencial dos povos indígenas no desenvolvimento cultural e territorial do estado, demonstrando que tal participação se deu em meio a um contexto de extrema violação à vida indígena em sua completude. Neste sentido, o Duarte (2023, p. 159) descreve da seguinte forma o cenário vivenciado:

Hora divididos, hora agrupados, por vezes desprezados e afastados de suas terras a reduzidos a condição de escravidão, hora desempenhando papéis importantes em conflitos. De todas as formas usados, e nunca realmente valorizados, essa foi a vivência dos povos indígenas durante as ocupações europeias. Dezenas de anos tendo sua cultura, crenças e organização social modificadas e em muitos aspectos esmagadas por um novo sistema que usurpou seus direitos e lhes deu deveres que tinha como intenção torná-los mais “civilizados”.

Com base nessas considerações iniciais, este capítulo dedica atenção à conceituação jurídica dos grupos em situação de extrema vulnerabilidade, com ênfase nos povos indígenas como parte integrante dessa coletividade. Outrossim, o capítulo irá discorrer sobre a realidade sociojurídica vivenciada por esses povos no estado do Rio Grande do Norte.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

2.1. O Conceito de Grupos Hipervulneráveis sob a Ótica dos Direitos Humanos e de Políticas Públicas

A definição e as características de grupos hipervulneráveis podem ser melhor compreendidas quando analisadas sob a ótica dos conceitos basilares de Direitos Humanos e de Políticas Públicas, visto que é possível estabelecer uma relação prática e semântica entre esses termos, evidenciando sua interação e complementaridade.

Os direitos humanos, em sua essência, representam o conjunto de direitos primordiais e indispensáveis para a garantia de uma vida digna (Ramos, 2017). Pautados em valores essenciais, esses direitos possuem como característica central a universalidade, sendo reconhecidos como inerentes a todas as pessoas, contrapondo-se a visão de uma classe social superior a outra.

Uma sociedade fundamentada nos direitos humanos é aquela que não apenas faz valer esses direitos, mas também reconhece o primeiro e mais básico direito do indivíduo: o direito a ter direitos. Diante dessas premissas, o professor André Carvalho Ramos destaca que a mera existência de um direito não implica automaticamente o dever de sua proteção, como se fosse parte de um sistema mecânico.

Outro conceito importante para a compreensão deste eixo temático é o de políticas públicas, que podem ser definidas como um conjunto de ações, diretrizes e estratégias planejadas pelo Estado com o objetivo de promover o bem-estar social, garantir direitos fundamentais e assegurar a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, objetivos que estão no eixo central da proteção dos direitos humanos.

Nesse contexto, Dye (2013) afirma que políticas públicas são “tudo o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Essa definição destaca a intencionalidade e a escolha política como elementos centrais na formulação e na implementação dessas atividades, evidenciando que elas não apenas refletem prioridades governamentais, mas também desempenham um papel essencial na concretização dos compromissos assumidos em tratados internacionais de direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A partir do arcabouço conceitual apresentado, é possível realizar uma análise acerca das principais considerações que estruturam a noção de hipervulnerabilidade com base no entendimento conjunto sobre direitos humanos e políticas públicas.

Entende-se por hipervulnerabilidade a condição de extrema marginalização enfrentada por determinados grupos sociais. As origens dessa problemática são resultantes da combinação de fatores históricos, sociais, econômicos e culturais, os quais estão intrinsecamente relacionados às dinâmicas de poder, organização política, ocupação de territórios e diversas formas de violência.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), proferiu uma decisão impactante no julgamento do Recurso Especial 931.513-RS, a qual contribuiu de forma significativa para a análise e aplicação do conceito apresentado anteriormente. Esse marco histórico representou um avanço na ampliação do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

termo hipervulnerabilidade, ao transferi-lo do Código de Defesa do Consumidor (CDC) para o campo dos direitos humanos e de outros setores sociais.

Na decisão, o STJ analisou a proteção das pessoas com deficiência física e reconheceu que sua condição demanda uma tutela jurídica diferenciada. Nesse contexto, o tribunal expandiu o entendimento de hipervulnerabilidade, tradicionalmente aplicado nas relações de consumo, para abranger as vulnerabilidades sociais intrínsecas que caracterizam determinados grupos.

O ponto central do julgamento foi a reafirmação de que a proteção jurídica dessas pessoas não deve se basear unicamente na quantidade de indivíduos afetados, mas sim na natureza essencial da vulnerabilidade enfrentada. Essa decisão consolidou a ideia de que, para além de garantir a igualdade formal, o ordenamento jurídico pátrio deve proporcionar medidas específicas que assegurem a equidade material e a dignidade desses sujeitos, reafirmando o compromisso com os direitos humanos.

Essa decisão histórica destaca a importância de um tratamento jurídico especial voltado à proteção dos direitos das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, reconhecendo suas necessidades específicas e a imprescindibilidade de uma intervenção estatal proativa para promover sua inclusão social e salvaguardar seus direitos fundamentais. Entre os diversos grupos enquadrados nessa condição, os povos indígenas emergem como um exemplo paradigmático de hipervulnerabilidade, devido às inúmeras adversidades históricas, sociais e culturais que enfrentam.

2.2. Os Povos Indígenas enquanto Grupo Hipervulnerável

O escritor e intelectual indígena Ailton Krenak, em sua obra *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2017), afirma que as desigualdades e violências enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil – e no mundo –, são reflexos de um modelo de desenvolvimento que ignora a interdependência entre os povos e a natureza, desconsiderando a importância dos territórios indígenas para a preservação da vida e da diversidade cultural. Neste sentido, observa-se que estas comunidades estão à margem da sociedade brasileira porque seus modos de vida desafiam ou são contrários às necessidades de uma população cada vez mais consumista, mecanizada, urbanizada e individualista.

Entre os principais desafios enfrentados pelos povos indígenas está a constante ameaça à integridade de seus territórios, resultado de práticas em cenários ilegais como a mineração, a grilagem, a sobreposição de Cadastros Ambientais Rurais e o garimpo. As atividades citadas não apenas violam direitos territoriais garantidos pela Constituição Federal de 1988, mas também comprometem a sobrevivência desses povos. Krenak ressalta que os territórios indígenas são mais do que espaços geográficos; eles representam a conexão vital com suas ancestralidades, modos de vida e espiritualidades.

A perda de terras e a exploração desenfreada dos rios, solos, árvores e animais colocam em risco não somente os direitos básicos dessa população, como saúde e segurança alimentar, como de mesmo modo as suas próprias cosmologias. Essa violação contínua, promovida sobretudo por



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

empresas com o aval de órgãos governamentais, evidencia um grave desrespeito à dignidade dos povos originários, destacando a necessidade de ações concretas para a proteção de seus direitos fundamentais e para a preservação de sua contribuição única à humanidade e ao equilíbrio ambiental.

Este cenário de extrema violação corrobora para o apagamento de todo um universo cultural indígena tendo em vista o espaço de valorização que as tradições ocupam na vida desses povos. Em sua obra *O Lugar do Saber* (2020), a escritora indígena Márcia Wayna Kambeba promove uma reflexão acerca dos saberes tradicionais dos povos indígenas, destacando sua importância para a preservação da natureza, da identidade cultural e do bem-estar coletivo.

De acordo com Geni Núñez (2022), a ausência de reconhecimento territorial não é apenas uma questão de direito, mas também um mecanismo de etnogenocídio, que compromete a continuidade das culturas indígenas, as quais estão intimamente ligadas à relação ancestral com a terra. Ou seja, as populações originárias vivem com e para os seus territórios - não há, para muitas culturas, distinção entre a vida humana e as vidas não-humanas, dado que todas exercem papéis diferentes e complementares no ambiente.

Assim, conforme é possível compreender por meio das obras e dos autores supramencionados, no cenário atual em que inúmeros casos de invasão e ameaças afetam populações indígenas no país, a morosidade dos órgãos responsáveis pela demarcação de territórios, pela plena garantia de seus direitos e pela efetivação de políticas públicas se configura como uma estratégia de desestruturação, potencializando a vulnerabilidade e a insegurança jurídica enfrentada pelos povos indígenas, que já se encontram em uma situação de fragilidade social, econômica e política.

2.3. A Situação Sociojurídica dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte

A imagem construída acerca dos povos indígenas do Rio Grande do Norte (RN) tem sido historicamente marcada por estereótipos e simplificações, inclusive no ambiente acadêmico. A historiografia tradicional frequentemente os retrata de maneira homogênea e superficial, contribuindo para o apagamento de suas especificidades culturais e históricas (Lima, 1995). Essa visão reducionista não apenas negligencia a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, mas também reforça preconceitos e mitos que perpetuam a ideia de sua inexistência, extinção ou assimilação completa na sociedade.

No contexto do RN, o processo de invisibilização foi particularmente intenso. Durante séculos, os indígenas foram descritos em categorias como “caboclos” e “mestiços”, como explica o historiador Helder Macedo (2005, p. 4):

Um dos epílogos desse estudo é a sobrevivência biológica dos índios na Freguesia do Seridó, que somente foi possível porque os mesmos elaboraram estratégias de resistência ao esquema dominatário do mundo ocidental, muitas vezes fingindo a sujeição ao Rei de Portugal – durante os acordos de paz firmados nos finais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

das guerras – para que pudessem escapar ou mesmo omitindo sua condição de índios, quando passavam a ser chamados e a se autodenominar de caboclos.

Portanto, tais denominações buscavam negar sua identidade própria numa tentativa de reconfigurar sua presença dentro de narrativas que legitimam a colonização. Além disso, conforme ensina a pesquisadora Jussara Guerra em sua obra *Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte* a ideia de que os povos indígenas do Nordeste, e especialmente do RN, haviam “desaparecido” foi amplamente disseminada, negando-lhes a própria existência histórica e o direito à memória e ao reconhecimento.

Em contrapartida a este cenário, conforme destaca a pesquisadora Allyne Dayse Macedo de Moura em seu trabalho *Repensando o reconhecimento étnico para garantia de direitos: uma análise a partir da experiência dos tapuias da lagoa do Tapará – MACAÍBA/RN*, os povos indígenas, cujas identidades foram historicamente suprimidas, têm se reorganizado nos últimos anos em uma estrutura ativa pela efetivação de seus direitos. O Coletivo Indígenas do Vale, fundado pelos artistas e pesquisadores Potiguaras Ibirapi Cadu Araújo e Thiago Cóstackz, ambos com família ancestral na região, vem se destacando por seus trabalhos e mobilizações com o objetivo de promover a retomada ancestral e, também, a etnogênese indígena Potiguara na região.

Esses movimentos representam uma legítima reivindicação, baseada em suas raízes culturais. Nesse processo, eles têm fortalecido a luta pelo reconhecimento de sua tradição indígena, reafirmando sua existência, sua essência e sua resistência frente aos desafios impostos pelo apagamento histórico e pela supressão social e jurídica enfrentada. Em sua obra, a autora Allyne Dayse (2023, p. 42) argumenta que:

Com o fortalecimento do movimento indígena no estado, percebemos nitidamente um crescimento em número populacional de pessoas que aos poucos adquiriram coragem para se autodeclarar indígena e para pautar com mais clareza as reivindicações ligadas ao reconhecimento étnico e à demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por estes.

Conforme dados do Censo de 2022, a população autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte apresentou um aumento superior a 350% em relação ao Censo de 2010. O número de pessoas que se identificaram como indígenas no estado saltou de 2.597 para aproximadamente 11.725, abrangendo 121 municípios potiguares. Dentre essas populações, 40% estão organizadas em comunidades, o que evidencia não apenas um crescimento quantitativo, mas também um avanço significativo na mobilização social e política dos povos indígenas.

Essa crescente no reconhecimento identitário também reflete as lutas constantes dos povos indígenas por seus direitos fundamentais, como o direito à terra, à preservação de suas culturas e tradições, e ao reconhecimento oficial de sua existência perante o Estado brasileiro. O dinamismo relatado também pode ser entendido como o resultado de décadas de resistência e organização coletiva.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) no Rio Grande do Norte atualmente acompanha cerca de 19 comunidades indígenas que se auto reconhecem com base em seus próprios processos de identificação étnica. Essas comunidades incluem representantes de três etnias históricas do estado – os Potiguara, os Tapuia e os Caboclos do Açú – cujas identidades têm sido reafirmadas e fortalecidas por meio de movimentos sociais e culturais. Além disso, a instituição tem ampliado sua atuação para atender o povo indígena Warao, que está presente nos municípios de Natal e Mossoró (Marco Conceitual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte, 2024, p. 15).

Apesar das mobilizações sociais e institucionais, O Marco Conceitual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte, reforça que de acordo com dados obtidos pela própria FUNAI, no RN, ainda não há terras indígenas com seus processos de regularização fundiária concluídos, o que evidencia uma situação de insegurança jurídica persistente para as comunidades da região. Essa realidade reflete a morosidade histórica dos processos de regularização fundiária, que têm impacto direto na garantia dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas.

Um exemplo emblemático dessa situação é a Terra Indígena Sagi, composta pelas aldeias Sagi Trabanda e Sagi Jacu, localizada no município de Baía Formosa. Apesar do estudo de identificação e delimitação dessa terra estar em fase de conclusão, a ausência de uma regularização definitiva mantém as comunidades em uma posição de vulnerabilidade, sujeitas a disputas territoriais, invasões e à falta de segurança quanto à posse, o domínio e à propriedade de suas terras. Essa morosidade compromete o pleno exercício dos direitos fundamentais dos povos indígenas, refletindo também na capacidade de preservação e desenvoltura cultural com base nos modos de vida estruturados por essas populações (Marco Conceitual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte, 2024, p. 15).

3. ESTUDO DOS POVOS INDÍGENAS À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

A análise sociojurídica dos povos indígenas do Rio Grande do Norte sob a ótica dos direitos humanos e das políticas públicas exige uma abordagem que articule os marcos legislativos e os entendimentos jurisprudenciais consolidados nos âmbitos externo e interno.

Nesta linha introdutória, instrumentos como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016) são fundamentais para assegurar a autodeterminação, a proteção territorial e o respeito às tradições culturais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos também desempenha um papel crucial ao julgar casos de flagrantes violações de direitos indígenas, como no emblemático caso "Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil", no qual o país foi responsabilizado pelo atraso injustificado no andamento do procedimento administrativo, agravando a vulnerabilidade e os prejuízos enfrentados pela comunidade indígena do povo Xucuru.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é um marco jurídico importante para a proteção dos direitos indígenas, reconhecendo sua organização social, costumes, línguas e tradições, além de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

garantir a posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam (art. 231). Complementarmente, o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) regulamenta medidas de proteção e promoção dos direitos desses povos.

Em que pese a atuação jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem enfrentado casos relevantes, como o julgamento sobre o "marco temporal", que estabeleceu critérios controversos para a demarcação de terras indígenas, evidenciando tensões entre os direitos positivados na Constituição e interesses econômicos de determinados setores da sociedade civil.

Considerando essas informações introdutórias, este capítulo abordará algumas das disposições mais relevantes da legislação e da jurisprudência, destacando seus impactos e contribuições para a proteção e efetivação dos direitos indígenas.

3.1. Análise das Principais Disposições Jurídicas nos Âmbitos Internacional e Nacional

No âmbito internacional, a já mencionada Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016), foi adotada em Assembleia Geral pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2016. Essa Declaração reflete a crescente necessidade de proteger os direitos humanos das populações indígenas nas Américas, reconhecendo suas culturas, identidades, territórios e modos de vida. Sua criação foi uma resposta a décadas de mobilização indígena e pressão internacional por reconhecimento e proteção legal.

Dentre seus artigos, destacam-se aqueles relacionados à segurança jurídica e à garantia dos direitos fundamentais, especialmente no que tange à defesa da posse, do domínio e da propriedade de seus territórios, aos recursos naturais e ao respeito às tradições e culturas.

O art. 25 da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016) afirma que os povos indígenas têm o direito de manter, fortalecer e proteger suas práticas culturais, espirituais e sociais, bem como preservar suas terras, territórios e "recursos" naturais. É neste sentido que o artigo em seu quinto item apresenta o espírito da norma, ao dispor que:

Os povos indígenas têm direito ao reconhecimento legal das modalidades e formas diversas e particulares de propriedade, posse ou domínio de suas terras, territórios e recursos, de acordo com o ordenamento jurídico de cada Estado e os instrumentos internacionais pertinentes. Os Estados estabelecerão os regimes especiais apropriados para esse reconhecimento e sua efetiva demarcação ou titulação.

Considerando o diploma legal mencionado, em seu art. 28 a Declaração estabelece que os Estados, com a plena e efetiva participação dos povos indígenas, deverão adotar as medidas necessárias para garantir o reconhecimento e a proteção adequada do patrimônio cultural e da propriedade intelectual dos povos indígenas, incluindo os direitos associados a esses bens jurídicos. Para tanto, as medidas deverão ser precedidas de consultas com os povos indígenas, com o objetivo de obter seu consentimento livre, prévio e informado sobre os acordos e regimes nacionais e/ou internacionais que envolvam seus direitos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

Outra disposição importante da Declaração é o art. 29, o qual trata do direito ao desenvolvimento. Em conformidade com o referido dispositivo, os povos indígenas têm o direito de determinar suas próprias prioridades em termos de desenvolvimento político, econômico, social e cultural, de acordo com suas cosmovisões. Esse direito inclui a elaboração de políticas e estratégias para o seu desenvolvimento, respeitando suas normas e instituições.

Além disso, há o direito de participação ativa na criação de programas de desenvolvimento que os afetem e, sempre que possível, na administração desses programas por meio de suas próprias instituições. Os Estados devem realizar consultas e cooperar de boa-fé com os povos indígenas por meio de suas organizações representativas, garantindo o consentimento livre e fundamentado antes de aprovar projetos que impactem suas terras ou recursos, especialmente no que se refere ao uso ou exploração.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de setembro de 2007, constitui outro marco no âmbito do direito internacional que consagra os direitos dos povos indígenas. Esta Declaração, apesar de sintética, reforça mais uma vez o compromisso internacional com a tutela jurídica do grupo hipervulnerável estudado ao longo deste trabalho.

Em seu art. 15 a referida Declaração aborda o direito fundamental dos povos indígenas à representação adequada de suas culturas, tradições, histórias e aspirações no âmbito da educação pública e dos meios de comunicação. Há o reconhecimento legal no sentido que, para a plena dignidade desses povos, é imprescindível que suas diversas identidades sejam refletidas de forma justa e respeitosa nos sistemas educacionais e nos meios de informação. Essa previsão visa corrigir décadas de invisibilidade e distorção cultural, promovendo a valorização da diversidade indígena como um patrimônio imaterial a ser respeitado e integrado na sociedade global.

Observa-se que os dois diplomas internacionais mencionados reforçam a relevância da participação indígena no processo de tomada de decisões que impactam a efetivação de seus direitos. Diante disso, um marco fundamental nesse contexto foi estabelecido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abordou o direito à consulta prévia, livre e informada.

O direito solidificado por meio da Convenção nº 169 da OIT, pode ser compreendido como o poder de influência dos povos indígenas no processo de tomada de decisões administrativas e legislativas que lhes afetem. A consulta deve ser realizada exclusivamente por meio de suas instituições representativas, observando procedimentos adequados a cada contexto e circunstância. Exemplos incluem questionamentos à política de erradicação de cultivos ilícitos na Colômbia, à exploração de petróleo na Amazônia equatoriana, e à exigência de participação dos povos indígenas na definição dos limites político-administrativos do Estado do Amazonas na Venezuela.

Essas experiências evidenciam diferentes formas de aplicação do direito à consulta prévia: em alguns casos, tem funcionado como um instrumento que suspende ou bloqueia decisões, em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

outros, tem servido como um espaço de negociação efetiva, e em outros, infelizmente, tem sido manipulado de forma a legitimar decisões arbitrárias adotadas unilateralmente pelo Estado, sem que haja uma real consulta prévia. Portanto, esse direito, enquanto instrumento político, deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo, como parte de uma estratégia que não se limita à sua aplicação pontual, mas que envolve um processo contínuo e abrangente de fortalecimento da participação indígena em todas as esferas de decisão que impactam suas comunidades.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 apresenta normas que tutelam os bens jurídicos inerentes aos povos indígenas. Essa tutela consubstancia-se em direitos relacionados à territorialidade, cultura, autodeterminação e representação política, refletindo o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos plenos de direitos dentro do Estado brasileiro.

Em seu art. 231 a Carta Magna assegura direitos fundamentais aos povos indígenas, especialmente no que se refere à sua organização social, culturas, línguas, crenças e tradições, e, principalmente, ao direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Impõe-se a União o dever constitucional de demarcar e proteger essas terras. O artigo reconhece as terras como inalienáveis e indisponíveis, ou seja, os povos indígenas não podem ser despojados delas, e o direito sobre essas terras não prescreve com o tempo. Logo em seguida no texto constitucional, a norma descrita no art. 232 caracteriza o direito à representação, estabelecendo que os povos indígenas têm o direito de serem representados por suas próprias instituições em juízo ou fora dele, contando com a participação do Ministério Público.

Outro ponto de destaque reside no fato de que ao tratar da cultura, a Constituição Federal por meio da interpretação dos arts. 215 e 216 qualifica as manifestações indígenas como patrimônio cultural brasileiro que deve ser protegido pelo Estado.

A legislação do Estatuto do Índio (1973), antecedeu a Constituição de 1988 e trouxe disposições relevantes sobre diversos temas relacionados à efetivação dos direitos indígenas, com destaque para a proteção de suas terras. O Estatuto dedica capítulos específicos a bens jurídicos de natureza política, social, trabalhista e territorial, além de abordar tipos penais voltados à proteção dos povos indígenas e de suas comunidades.

O art. 2 do Estatuto do Índio estabelece que a União, os Estados, os Municípios e suas respectivas administrações indiretas, nos limites de suas competências, devem proteger as comunidades indígenas e preservar seus direitos. Para isso, prevê a extensão dos benefícios da legislação comum sempre que aplicável, a prestação de assistência às comunidades ainda não integradas, o respeito às peculiaridades culturais dos povos indígenas e a garantia de sua livre escolha de meios de vida e subsistência. Além disso, assegura o direito à permanência voluntária em seus territórios, oferecendo recursos para seu progresso, respeitando sua coesão social, valores e tradições no processo de integração.

Em consonância com essas garantias protetivas, o art. 22 do mesmo Estatuto reconhece aos povos indígenas o domínio contínuo sobre os territórios que ocupam, bem como o acesso exclusivo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

aos recursos naturais e às vantagens que essas áreas possam oferecer. Essa garantia evidencia que a permanência em suas terras é indispensável, não apenas para a preservação de seus modos de vida, mas também para a sustentabilidade de suas comunidades, fortalecendo o desenvolvimento coletivo e assegurando condições essenciais para sua sobrevivência física e cultural.

O art. 37 do Estatuto assegura que os grupos tribais ou comunidades indígenas têm legitimidade para defender seus direitos perante a Justiça, sendo reconhecidos como sujeitos capazes de pleitear suas demandas em juízo. Essa medida representa uma garantia de acesso à Justiça, ao permitir que os povos indígenas possam buscar a proteção de seus direitos e interesses de forma autônoma. Além disso, o artigo estabelece que, nesses casos, contarão com a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão responsável pela proteção indígena.

Ao longo deste capítulo, foram analisadas as principais disposições jurídicas nacionais e internacionais relacionadas aos direitos dos povos indígenas, evidenciando os avanços e os desafios que ainda persistem na garantia de sua proteção. No âmbito internacional, instrumentos como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas representam importantes marcos de reconhecimento e promoção dos direitos coletivos e individuais dessas comunidades. Em território nacional, normativas constitucionais e leis específicas, como os artigos 231 e 232 da Constituição Federal e o Estatuto do Índio, reforçam a necessidade de assegurar o respeito às culturas, territórios e modos de vida tradicionais.

No entanto, apesar da robustez normativa, o distanciamento entre o reconhecimento jurídico e a efetiva implementação de políticas públicas continua sendo um desafio significativo. A análise empreendida neste capítulo revelou que, embora haja um arcabouço legal que privilegia os direitos indígenas, sua concretização depende de ações integradas e do compromisso de diversas esferas de poder. Este panorama reforça a urgência de fortalecer a aplicação dessas normas e de avançar em uma agenda que respeite a pluralidade e a autonomia dos povos indígenas, garantindo-lhes a plena cidadania.

3.2. Casos Apreciados pelo Supremo Tribunal Federal

O Caderno de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos dos povos indígenas desempenha uma posição importante no enfrentamento da violência e discriminação contra esses povos, além de ser fundamental para a proteção e promoção de seus direitos. Composto por 23 decisões, o documento abrange temas de grande relevância, como o regime constitucional para a demarcação de terras indígenas, o direito dos povos quilombolas à terra, a consulta livre, prévia e informada, a imprescritibilidade da reparação de danos ambientais, e a proteção à saúde, vida e território dos indígenas durante a pandemia da Covid-19.

Destaca-se, ainda, a participação dos povos indígenas nos processos judiciais relacionados à demarcação de suas terras e a proteção das comunidades quilombolas em contextos semelhantes. O documento também realça os diálogos jurisprudenciais entre o STF e o sistema regional



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

interamericano, fortalecendo a proteção dos direitos humanos e ampliando a compreensão sobre a importância do judiciário na efetivação dos direitos indígenas.

O Caderno objetiva promover uma reflexão sobre a prática do Supremo Tribunal Federal em relação à matéria. Esse processo didático permite destacar as informações essenciais para a compreensão da tese jurídica sustentada pela Corte Suprema ao longo dos casos, servindo como guia para os demais órgãos julgadores. Além disso, constitui um valioso material para os juristas interessados em contribuir com as pautas indígenas, para a comunidade acadêmica e para a sociedade civil em geral.

Um dos registros que podem ser destacados no documento referenciado é o caso número 16 intitulado: Acesso à Justiça e Garantia de Participação de Povos Indígenas em Processos Judiciais que Discutem Demarcação de Suas Terras.

O agravo regimental na Ação Rescisória (AR) nº 2.686 tem como principal questão o direito de acesso à justiça e a garantia de participação dos povos indígenas em processos judiciais que envolvem a demarcação de suas terras. Nesse caso, inicialmente por decisão monocrática, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia negado seguimento à ação rescisória, que buscava rescindir uma decisão que declarou nulo o processo administrativo de demarcação de terras indígenas. No entanto, ao ser apreciado pelo Pleno, o agravo regimental foi acolhido, permitindo que a ação rescisória pudesse ter seguimento.

A fundamentação da Corte se baseou na invocação dos direitos constitucionais assegurados aos povos indígenas, especificamente no que se refere ao acesso à justiça e ao reconhecimento da personalidade jurídica das comunidades indígenas. A Constituição Federal, por força dos artigos 5º, inciso XXXV, 231 e 232, garante que os povos indígenas, suas comunidades e organizações são parte legítima na defesa de seus direitos, sem qualquer forma de discriminação.

O caso de número 19, tratado no Caderno, tem por título: direito dos povos indígenas à terra e alegadas terras devolutas do Estado (Parque Indígena Grande Aripuanã) e apresenta uma série de entendimentos teóricos sustentadas pelo STF durante a apreciação das demandas que tem como objeto bens jurídicos dos povos indígenas.

Trata-se de uma ação cível originária que visava obter indenização por desapropriação indireta de terras devolutas estaduais, alegadamente esbulhadas pelas rés para compor o perímetro do Parque Indígena do Aripuanã. O STF, ao julgar, entendeu pela improcedência dos pedidos, fundamentando sua decisão na presença tradicional indígena na Área Indígena Grande Aripuanã (Parque Indígena Grande Aripuanã), além de não haver provas de que as terras em questão foram incorporadas ao patrimônio imobiliário do Estado de Mato Grosso como terras devolutas.

Ao apresentar seus fundamentos durante a apreciação do caso, a Corte Suprema referenciou o entendimento da posse originária das terras tradicionais pelos povos indígenas enquanto fruto da teoria do indigenato. Desenvolvida no início do século XX por João Mendes de Almeida Júnior, que foi Ministro do próprio Supremo Tribunal Federal, a teoria do indigenato, consagra o caráter originário



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

e congênito do direito dos povos indígenas sobre as terras que habitam, reconhecendo-os como legítimos detentores dessas terras, independentemente de título formal para legitimação.

Esse entendimento reforça a natureza ancestral e inalienável da posse das terras indígenas, o que foi central na decisão do STF no caso mencionado.

3.3. Análise Jurisprudencial do Caso Do Povo Indígena Xucuru e seus Membros vs. Brasil

Em 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentou à Corte o caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros contra a República Federativa do Brasil. O caso refere-se à violação do direito à propriedade coletiva e à integridade pessoal do povo indígena Xucuru e tem um longo desdobramento temporal.

De acordo o indicado no caso, há uma demora de 16 anos, compreendida entre 1989 e 2005, no processo administrativo de reconhecimento, titulação, demarcação e delimitação de suas terras e territórios ancestrais, sem que fossem tomadas as devidas providências para garantir o direito à propriedade das suas terras. Além disso, o caso está relacionado à suposta violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, como consequência do alegado descumprimento do prazo razoável no processo administrativo respectivo, bem como a suposta demora em resolver ações civis iniciadas por pessoas não indígenas relacionadas a parte das terras e territórios ancestrais do povo indígena Xucuru.

A Corte confirmou por unanimidade em sentença que o Estado brasileiro foi responsável pela violação do direito à garantia judicial de prazo razoável, previsto no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ademais, houve entendimento unânime pela responsabilização do Brasil pela violação do direito à proteção judicial, assim como do direito à propriedade coletiva, previstos nos artigos 25 e 21 da mesma Convenção.

Neste sentido, a sentença impôs ao Estado Brasileiro a responsabilidade de garantir, de forma imediata e efetiva, o direito de propriedade coletiva do Povo Indígena Xucuru sobre suas terras, assegurando que nenhum tipo de intrusão, interferência ou afetação seja realizada por terceiros ou agentes do próprio Estado. Essa proteção deve abranger a totalidade do território indígena, impedindo qualquer ação que possa comprometer sua existência, valor, uso ou usufruto.

O caso apresentado elucida o real cenário de morosidade administrativa e institucional no tratamento de questões inerentes à garantia e à efetivação dos povos indígenas no Brasil. Esta realidade é ainda mais forte e alarmante no estado do Rio Grande do Norte, que como mencionado ao longo deste trabalho, possui comunidades indígenas em situação de extrema vulnerabilidade social, jurídica e política.

4. MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido por meio da utilização do método dedutivo, essencial para a análise sociojurídica proposta, e se fundamentou na pesquisa documental, com consulta à legislação,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

à jurisprudência e à literatura de autores que contribuem significativamente para a compreensão do tema em questão. A importância da utilização das obras de escritores e intelectuais indígenas foi central para a construção deste trabalho, visto que essas referências oferecem uma visão autêntica e profunda sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas, além de enriquecer a análise crítica sobre suas lutas e reivindicações.

Nesse sentido, foi adotada uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de viabilizar uma análise aprofundada e minuciosa do tema. A pesquisa documental possibilitou um exame detalhado da legislação e da jurisprudência, permitindo compreender dispositivos normativos e decisões judiciais relacionados à proteção dos direitos humanos e à implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Destaca-se, nesse cenário, a importância da Constituição Federal de 1988, que reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras e assegura a preservação de sua cultura, organização social e modos de vida, além de estabelecer o dever do Estado de implementar políticas públicas que garantam esses direitos. Igualmente relevante é a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que reforça princípios fundamentais, como o direito à autodeterminação e à proteção de suas tradições. A abordagem documental forneceu subsídios sólidos para identificar como o ordenamento jurídico e as decisões judiciais contribuem para a efetivação dos direitos fundamentais dessas comunidades.

Nesta perspectiva, o Manual da Pesquisa Qualitativa, do autor Mário Cardano, é uma obra de extrema importância por meio da qual é possível compreender os princípios, métodos e técnicas da pesquisa qualitativa. O autor apresenta uma abordagem detalhada sobre as práticas de investigação que buscam compreender fenômenos sociais, culturais e humanos a partir de uma perspectiva mais subjetiva e interpretativa.

Diante dessas considerações, a pesquisa bibliográfica desempenhou um papel fundamental ao viabilizar o estudo da literatura de autores renomados, como Ailton Krenak, cuja obra é essencial para compreender as pautas indígenas e suas principais reivindicações. A análise de seus escritos proporcionou uma imersão nas reflexões e perspectivas desse intelectual, ampliando o entendimento sobre a resistência e as vivências dos povos indígenas. A inclusão das contribuições de intelectuais indígenas, portanto, não apenas enriqueceu a base teórica do trabalho, mas também proporcionou uma visão mais rica e complexa sobre as questões que envolvem os direitos, a cultura e as lutas desses povos.

5. CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou oferecer uma análise sociojurídica sobre a situação dos povos indígenas no Rio Grande do Norte, destacando os desafios relacionados à efetivação de seus direitos humanos e à implementação de políticas públicas. Foram abordados conceitos fundamentais como os direitos humanos e a hipervulnerabilidade dos povos indígenas, enfatizando a relação intrínseca entre essas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

comunidades e seus territórios. Apesar do reconhecimento legal, a ausência de terras demarcadas reflete uma grave omissão por parte do poder público, contribuindo para a perpetuação das vulnerabilidades que afetam esses povos, representando aproximadamente 0,36% da população do RN.

As declarações internacionais sobre direitos dos povos indígenas e o arcabouço normativo nacional e internacional analisados ao longo do estudo, reafirmam o compromisso legal e moral de proteger os direitos desses povos, incluindo a salvaguarda de suas culturas, tradições e territórios. No entanto, a realidade no RN revela um descompasso entre a normativa existente e sua aplicação prática, evidenciado pela ineficácia das políticas públicas e pela negligência institucional.

Conclui-se que, para reverter esse quadro, é indispensável a articulação de esforços entre o Estado, a sociedade civil e as organizações indígenas, de modo a promover a demarcação das terras, fortalecer políticas públicas culturalmente sensíveis e garantir o acesso efetivo à justiça. A luta pela proteção dos povos indígenas no RN não é apenas uma questão de reparação histórica, mas também um compromisso com os princípios fundamentais da dignidade humana, da igualdade e da justiça social com legítimo amparo nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino. **Mapeamento das Populações Indígenas e Quilombolas no RN**. Natal: CORECON-RN, 2023. Disponível em: <https://www.corecon-rn.org.br/2023/09/05/mapeamento-das-populacoes-indigenas-e-quilombolas-no-rn/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Estatuto do Índio, Brasília, DF: Presidência da República, 19 dez. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). REsp 931513 / RS. Processual civil e administrativo. ação civil pública. proteção das pessoas com deficiência física, mental ou sensorial. sujeitos hipervulneráveis. fornecimento de prótese auditiva. ministério público. legitimidade ativa ad causam. lei 7.347/85 e lei 7.853/89. Estado do Rio Grande do Sul versus Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Sr. Ministro Carlos Fernando Mathias. Brasília, 25 de novembro de 2009. **Diário da Justiça Eletrônico**. 27/09/2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**: Concretizando Direitos Humanos – Direito dos povos indígenas. Brasília: STF/CNJ, 2023.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa**: A contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso do povo indígena Xukuru e seus membros vs. Brasil**. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

DUARTE, Francisco W. A Formação Histórica do Rio Grande do Norte: Origens e Formatações. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 158-178, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/32529/18096>. Acesso em: 29 nov. 2024.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE À LUZ
DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Júlio César Pereira Filho, Ana Mônica Medeiros Ferreira

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 14th Edition. [S. l.]: Pearson, 2013.

GRAÚNA, Graça. Poesia Indígena no Rio Grande do Norte (VII). **Tecido de Vozes**, 2021. Disponível em: <https://gracagrauna.com/2021/01/03/poesia-indigena-no-rio-grande-do-norte-vii/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirros; ATHIAS, Renato Monteiro. **Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. CENSO Demográfico 2022: população residente, total e indígena, por localização do domicílio e quesito de declaração indígena nos Censos Demográficos: primeiros resultados do universo. *In*: IBGE. **Sidra**: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro: IBGE, [2023]. tab. 9718.

JÁCOME, Igor. Censo 2022: População indígena fica quatro vezes maior e autodeclarados pretos aumentam em 82% em 12 anos no RN. **G1, Globo**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca-rio-grande-do-norte.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2024.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O Lugar do Saber**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MACEDO, Helder Alexandre M.; POSSAMAI, Paulo C. HISTÓRIA INDÍGENA NO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE APÓS A “GUERRA DOS BÁRBAROS”: RESISTÊNCIA E MISTIÇAGEM CULTURAL. ANPUH. *In*: **XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Londrina, 2005.

MOURA, Allyne Dayse M. **REPENSANDO O RECONHECIMENTO ÉTNICO PARA GARANTIA DE DIREITOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS TAPUIAS DA LAGOA DO TAPARÁ – MACAÍBA/RN**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI RN, Natal, 2015.

NÚÑEZ, Geni (2022). **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2022.

OEA. **Declaração Americana, de 15 de junho de 2016**. Sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Santo Domingo: OEA, 2016.

OIT. **Convenção nº 169 da OIT, de 27 de junho de 1989**. Sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: OIT, 1989.

ONU. **Declaração das Nações Unidas, de 13 de setembro de 2007**. Sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nova York: ONU, 2007.

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE – RN SUSTENTÁVEL II. **Marco Conceitual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte: [S. n.], 2024.

RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.